

A imigração alemã no Vale do Mucuri: Memória e territorialidades

Cibele Maria Diniz Figueirêdo Gazzinelli¹
Sueli Siqueira²
Nadia Biavati³

Resumo

A imigração alemã parte de um fenômeno demográfico amplo e antigo, em que as crises resultantes de alterações climáticas, que geraram graves problemas de abastecimento, a economia europeia e as constantes guerras mobilizaram as pessoas a buscarem melhores condições de vida. A imigração alemã no Brasil caracteriza-se como o movimento migratório, ocorrido nos séculos XIX e XX de alemães para várias regiões do Brasil. O objetivo deste artigo é analisar a imigração alemã no Vale do Mucuri, a partir da memória dos seus descendentes. A pesquisa é de cunho qualitativo, utilizando-se do relato oral de uma descendente de quarta geração.

Palavras-Chave: Imigração alemã , territorialidade, memória, Vale do Mucuri.

Área temática: Demografia

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE; Professora voluntária de Leitura e Produção de texto da UFVJM, Teófilo Otoni; Professora de Língua Portuguesa da FENORD.

² Professora do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Doutora em Sociologia e Política

³ Professora do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Doutora em Estudos Linguísticos.

Introdução

A vinda de imigrantes para o Brasil, ressalvada a presença dos portugueses - colonizadores do País - delinea-se a partir da abertura dos portos às "nações amigas" (1808) e da independência do país (1822). À margem dos deslocamentos populacionais voluntários, cabe lembrar que, inicialmente, na história da colonização, milhões de negros foram obrigados a cruzar o oceano Atlântico, ao longo dos séculos XVI a XIX, com destino ao Brasil, constituindo-se a mão-de-obra escrava (BASSANEZI, 1995).

A primeira década do século XIX marca a diversificação do movimento migratório, já que um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade policultura atraiu primeiros alemães e depois italianos e outros estrangeiros para o sul do país, de modo especial, e depois para outras regiões. Este processo ganhou força na segunda metade do século XIX, prolongando-se até o século XX (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993).

Analisar os fluxos migratórios demanda a análise dos motivos para tal movimentação. Por um lado, o Brasil, na perspectiva de país receptor, vivia a expansão do capitalismo e a demanda de mão de obra para trabalhar na cafeicultura paulista, além do trabalho em obras de infraestrutura urbana e construção de estradas. Além disso, ainda havia fatores ideológicos que privilegiavam o contingente branco, europeu de preferência. Por outro, as grandes migrações humanas na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX estiveram inseridas em contexto de transformações sócio-demográficas da população europeia e em mudanças provocadas pela expansão do capitalismo, não só na Europa, como também em outras regiões do mundo (BASSANEZI, 1995).

Como afirma Siqueira (2009, p.35), "as condições econômicas dos países de origem e recepção constituem a base da decisão de migrar, ou seja, os fatores de atração para os países de destino e repulsão nos países de origem são determinantes". Assim, na perspectiva do imigrante, foram os subsídios e as possibilidades de poupar e ter acesso a terra, veiculados pelas propagandas e agentes recrutadores, que tornaram o mercado brasileiro tão atraente, e as dificuldades econômicas e as constantes guerras, que não só produziram a redução de população e miséria, como também uma desorganização da economia camponesa, constituíram-se fatores de expulsão dos alemães do território de origem.

Sobre a chegada dos imigrantes alemães no Vale do Mucuri, pode-se perceber uma associação direta com a história da cidade de Teófilo Otoni, que por sua vez está associada às questões políticas do seu fundador – Teófilo Benedito Otoni e a Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, por ele dirigida.

Assim, a colonização alemã é, pois, o objeto de estudo deste trabalho, ocupando não mais o segundo plano da história da cidade de Teófilo Otoni, mas se fazendo a história na composição da formação social, cultural e política dos moradores da região. O presente artigo tem como objetivo apresentar estudo exploratório sobre a trajetória da imigração alemã no Vale do Mucuri, tendo em vista a imigração alemã no Brasil. Assim, a primeira parte do artigo discorre sobre a imigração alemã no Brasil e na região do Vale do Mucuri. Na segunda parte, apresenta-se a abordagem desse processo migratório sob a perspectiva da memória e por fim, uma reflexão acerca do processo de desterritorialização e a construção das novas territorialidades. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, bem como o relato de uma descendente de imigrantes de alemães de quarta geração, em Teófilo Otoni.

A imigração alemã no Brasil e na região do Vale do Mucuri

A política imigratória no Brasil, voltada para o povoamento de terras devolutas (públicas) começa a ser implantada antes mesmo da independência do país, sendo os primeiros imigrantes assentados no regime de sesmarias na Bahia (1818) e no Rio de Janeiro (1819). Entretanto, tais colônias não foram bem sucedidas, tendo duração efêmera. Somente mais tarde, 1824, a fundação da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande Sul – único empreendimento dessa natureza considerado bem sucedido, passa a ser um marco da imigração alemã no Brasil. A partir de então, de forma sistemática e estreitamente vinculada ao sistema de colonização, a imigração alemã se dá através da implementação da pequena propriedade agrícola familiar, tendo por objetivo o desenvolvimento da policultura com mão-de-obra familiar voltada para produção de alimentos, além da ocupação territorial (MALTZAHN, 2009, p. 01).

Segundo Bassanezi (1995, p.32), “[...] no contexto da imigração no Brasil, nenhuma outra etnia se concentrou tanto em áreas homogêneas e compactas, concorrendo para modificar a estrutura fundiária e a vida dos Estados onde se estabeleceu [...]”. A mesma autora acrescenta que o “isolamento inicial – inclusive étnico – dessa ‘colonização alemã’ foi um fenômeno característico que não tem equivalente na história da imigração no Brasil.

Maltzahn (2009, p. 2) afirma que o isolamento étnico dos imigrantes alemães não decorreu então da sua espontânea escolha, mas de execução da política de colonização do Império. Para o mesmo autor, o campesinato e o isolamento relativo permitiram aos imigrantes alemães formarem e organizarem, desde os primeiros anos da colonização, uma sociedade étnica, cultural e econômica própria.

Oriundos de regiões diversas e falantes de diferentes dialetos, os alemães constituíam grupos étnicos distintos e trouxeram consigo diferenças significativas. Vale ressaltar que os imigrantes que vieram antes de 1871 não eram de um país unificado, entretanto, essa diversidade se reduz através da participação conjunta no processo de colonização e constituição de uma nova etnicidade no Brasil, de outro modo, assentados em solo brasileiro e confrontados com uma cultura estranha, desenvolveram entre eles um sentimento comum de pertencimento étnico (MALTZAHN, 2009, p. 2).

Mesmo menor em relação a outros grupos étnicos como o italiano e o espanhol, a importância da imigração alemã, no contexto imigratório brasileiro, está relacionada com a organização comunitária e a formação cultural de comunidades cujos traços identitários são bastante específicos. Segundo Huber (2008, p. 280), “a relevância dessa imigração não tem nada a ver com o número de imigrantes, que é muito menor do que o dos grupos vindos de países latinos como Itália, Espanha e Portugal”. Para a autora, sua importância no contexto migratório brasileiro se dá pela forma de participação no povoamento dos três estados do Sul do país e pela formação cultural de comunidades.

Schlupp (1983, p.16) conta que o segredo para o sucesso dos descendentes de emigrantes alemães era trabalhar com afincos, a indivisibilidade das unidades fundiárias e a firme união em redor da sua igreja. O autor explica que “[...] as terras do pai um filho herdava, para os outros filhos compravam-se novas terras, fundando novas aldeias[...] Elegiam uma comissão na aldeia que procurava onde havia uma grande fazenda latifundiária à venda, examinava a qualidade das terras, etc. e fazia a compra, dividindo depois as terras entre as famílias jovens que pretendiam fundar a nova aldeia”.

Ainda acrescenta “Isso, naturalmente, é possível apenas onde há união e senso comunitário. Não sei se no Brasil deixaram, não raras vezes, esta tarefa para intermediários que queriam enriquecer a custa dos colonos” (SCHLUPP, 1983, p.17).

No Brasil, a localização das colônias alemãs aponta para os interesses mais diretos da política nacional de colonização com imigrantes, que era o povoamento de terras devolutas, consideradas mais adequadas à instalação de colonos estrangeiros livres e europeus (brancos).

Nessas terras, os imigrantes ficavam isolados em zonas pioneiras não ocupadas pela grande propriedade (HUBER, 2008, p. 280) .

Huber (2008) acrescenta que as colônias não apresentavam demarcação prévia de linhas e lotes, assim, todo o trabalho era realizado com a mão-de-obra dos imigrantes colonos e consistia não só na abertura de picadas ou linhas, mas também na construção de pontes, estradas, edificação de alojamentos públicos e outras obras. Era com esse trabalho que o imigrante pagava as suas dívidas.

Nos relatos históricos e também na literatura pode-se perceber a descrição desse processo permeado pelos conflitos de terra e pelos relatos sobre o cansaço para derrubar a mata e cultivar os lotes sem a utilização dos métodos tradicionais europeus. Problemas como o povoamento disperso, precariedade de estradas e transporte, problemas de abastecimento de alimentos e vestimentas, doenças e o endividamento e a dependência em relação aos comerciantes estabelecidos marcam esse período de ocupação territorial, e na literatura, contribuem para a construção da figura do “pioneiro”, desbravador de florestas e fundador de colônias alemãs (HUBER, 2010, p. 73).

Tais dificuldades também se presentificam na história da imigração alemã no Vale do Mucuri, que teve a sua origem, após 1850, quando o Governo Imperial passa a responsabilidade de colonização às províncias, entrando em cena as companhias particulares de colonização e os agenciadores, que atraem principalmente camponeses, mas também trabalhadores urbanos e artífices, em busca de melhores condições de vida. Tanto a divulgação pelas companhias particulares, como o trabalho dos agenciadores adotava como procedimento a oferta de falsas vantagens para aqueles que queriam emigrar para o Brasil (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993).

Em Minas Gerais, duas companhias dirigidas por particulares, associadas ao governo provincial, foram responsáveis pela introdução de imigrantes na Zona da Mata e no Vale do Mucuri: a Companhia União e Indústria, de Juiz de Fora, e a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Ambas foram responsáveis pela introdução de famílias de imigrantes, em sua maioria de origem germânica, para a construção de estradas nas regiões (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993, p. 23).

Com o objetivo de organizar o transporte fluvial e terrestre e localizar as glebas férteis da região, a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri foi fundada por Teófilo Benedito Otoni em 1951. No ano seguinte, duas expedições foram organizadas, sendo a primeira responsável pela localização do rio “Todos os Santos”, partindo de Minas Novas até a sua desembocadura no Mucuri e a segunda, em Igaras, deveria remar até o porto de Santa Clara. Desse ponto em diante, Teófilo Otoni e seus bandeirantes tiveram que seguir a pé, já que as cachoeiras e correntezas impediam o tráfego fluvial. No ponto de encontro das duas expedições, à margem do “Todos os Santos”, Teófilo Otoni fundou a sua Filadélfia (ROTHE,1956, p. 7).

O engenheiro Roberto Schlobach, responsável pela construção da Rua da Direita e Otto Voigt, auxiliares diretos de Teófilo Benedito Otoni foram os primeiros alemães chegados, 1953. Nesse mesmo ano, a determinação de se estabelecer núcleos coloniais, confiados a imigrantes europeus, especialmente germânicos, fez com que Teófilo Benedito Otoni firmasse contrato com a Firma Schlobach e Morgenstern de Leipzig para vinda e dois mil agricultores alemães (ROTHE,1956, p.8).

“As ações de estímulo à imigração dos agentes de nações ou empresas de colonização, como a de Teófilo Otoni- Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri- assumiram um relevante e eficaz papel na atração destes migrantes” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993, p. 48). Entretanto, não se podem desconsiderar os estímulos provocados por parentes e

conhecidos. Se atualmente a rede⁴ constitui-se um importante sistema de comunicação que promove a troca de informação entre comunidades, naquela época, as cartas também assumiam papel semelhante.

“Cartas com descrições da nova terra e convites implícitos ou abertos correspondem, em larga medida, a avais de confiança geralmente inquestionados” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993, p.48). No entanto, nem sempre essa correspondência era confiável.

O depoimento de uma emigrante em Teófilo Otoni, chegada em 1924, revelou que sua família, que na Alemanha estava sofrendo as conseqüências da desorganização e inflação pós – I Guerra Mundial, fora enganada com falsas promessas e descrições, por outra família alemã, ex-vizinha, que havia chegado dois anos antes. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993, p.48)

Há também relatos de descendentes que declaram ter havido algum tipo de ‘enganação’, nesse caso, pelos agenciadores.

“Da família Nowmn eles não pensavam que estavam vindo para o Brasil, parece que houve uma tapeação...porque eles souberam que estavam indo para Filadélfia, e eles pensaram que estavam indo para Filadélfia dos Estados Unidos, ... local próspero... então colocaram o nome aqui Filadélfia, não sei se foi estratégia para atrair as pessoas... a família Nowman veio para cá pensando que estavam chegando lá em Filadélfia dos Estados Unidos... Já na família da minha mãe, eles lá na Alemanha, já tinham descoberto o sabão... e que o uso da sabão evitava doenças então eles começaram com a grande preocupação em usar sabão... e eles lá na Alemanha ouviram falar que aqui no Brasil tinha uma árvore que dava sabão... então vieram pensando que era muito fácil porque sabão era muito caro ... quando chegaram aqui era uma árvore que dá umas bolinhas que se esfrega na mão e sai uma espuma mas não tem nada de sabão...” (RELATO ORAL- entrevistada 1⁵)

Os imigrantes trazidos por iniciativa da companhia foram instalados em duas áreas: a urbana, em que se concentravam vários tipos de especialistas, como engenheiros, marceneiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, professores, enfermeiros, comerciantes e etc; e a área rural, onde se formaram as colônias agrícolas. A estes, coube a dura tarefa de desbravar e cultivar a terra, o que talvez possa justificar a organização do trabalho, uma vez que cada imigrante contava com a ajuda de outros imigrantes ou familiares para abrir clareira nas florestas, desmatar e cultivar o terreno, para depois construir um primeiro abrigo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993, p. 57).

“Aos colonos alemães foram destinadas as terras adjacentes aos córregos de São Benedito e São Jacinto, onde até hoje estão radicados muitos dos seus descendentes. Aos suíços e alsacianos foram cedidas as terras ao longo do rio S. Antônio, e aos holandeses, franceses e belgas, às margens do rio Urucu” (ROTHE,1956, p.10).

Segundo Rothe (1956, p. 10), “mal chegados esses primeiros imigrantes, a Companhia lhes confiou um empreendimento comum: trabalhar na estrada que ligaria Filadélfia com Santa Clara”. Só depois de cumprida essa fase,1958, cada qual poderia tomar posse de suas

⁴ Siqueira(2009) cita, Boyd,1989; Massey, 1990; Soares, 2002; Assis,2004; Fusco,2005; mencionando as “redes como um conjunto de conexões estabelecidas por relações sociais desenvolvidas tanto no país de origem como no de destino”.

⁵ Foi realizada uma pesquisa exploratória com uma descendente de alemães - Entrevistada 1 – descendente de 4ª geração.

cotas de terras, que apresentavam a dimensão de 220m de frente por 3.300 mts de fundos, o que corresponde a 15 alqueires (ROTHE, 1956, p. 10).

Além das dificuldades relativas ao desconhecimento da fauna e flora da região, do impacto das diferenças climáticas, a localização geográfica dos terrenos também representou dificuldades para os colonos.

“foram todos para os altos morros tanto que eles devem ter tido muita dificuldade para abrirem as estradas depois dos carreiros porque antes era só carreiro de burro... burro até que passa por aqueles morros, aquelas depressões... mas depois eles começaram com carro de boi, carroça, charrete, deve ter sido muito difícil abrir as estradas naqueles altos de morros e também, até hoje tem dificuldade por causa disso, quando eles querem comprar um trator [...] um micro trator... não tem como... é muito montanhoso o lugar onde foram colocados os alemães aqui...” (RELATO ORAL- ENTREVISTADO 1)

Assim, esse período corresponde a uma fase em que os colonos tiveram os seus sonhos desfeitos, já que era preciso trabalhar na construção da estrada Santa Clara-Filadélfia para pagar as suas dívidas, além de que nem todas as terras estavam demarcadas e a medição dos lotes era lenta e imprecisa, o que gerava conflitos entre a companhia e os colonos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993, p.55).

Outro aspecto que aponta para a dificuldade encontrada pelos colonos diz respeito ao suprimento das necessidades básicas de alimento e vestuário, sobretudo nos primeiros anos após a chegada à colônia. “Os colonos tinham direito de fazer compras através de empréstimos no armazém da companhia e o pagamento era efetuado só após a primeira colheita. Tudo era anotado numa caderneta e o acerto se dava no final do mês [...]” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993, p.60)

Nunes (1858, p.64) acrescenta que além das dificuldades de abastecimento na região, sobretudo de carne, outra grande dificuldade que os colonos tinham era o escoamento da produção agrícola. Segundo o mesmo autor, os colonos ficavam insatisfeitos, pois o preço pago pelos seus produtos era baixo, impossibilitando-os de adquirir roupas e ferramentas de um modo geral oferecidos por preços muito elevados.

Achtschin(2009) afirma que os estudos iniciais sobre a colonização regional foram propensos a secundarizar os conflitos entre imigrantes e dirigentes políticos locais, segundo ele:

“... a representação social dentro das diversas estratégias de apropriação e geridas por uma elite local tem corroborado muito mais para privilegiar a consolidação de mitos locais, ou exaltar um perfil europeizante para a colonização do Mucuri, do que considerar a ocupação nos seus diversos níveis de tensões”(ACHTSCHIN,2009, p. 27).

O autor ainda acrescenta, que além das dificuldades culturais, a relação de trabalho foi causa para muitas tensões entre os colonos e dirigentes locais.

“No caso do vale do Mucuri, os gastos com a viagem, alimentação, remédios, ferramentas e aquisição de lotes (a 300 mil réis) teriam que ser pagos à Companhia em contratos de difícil entendimentos quanto a valores, como questões cambiais, ou sistema de pesos e medidas(palmas, arrobas, etc.). Com o preço do toucinho na região a mil e trezentos réis e a farinha a 400 réis, a oferta de trabalho a 640 réis/dia seria compatível ao árduo trabalho das obras da estrada Santa Clara? Para piorar, os preços dos produtos elevavam constantemente, sendo que o feijão, em 1860, chegou a quatro mil réis e o arroz a três mil réis. Para se ter uma ideia da diferença salarial, o engenheiro polaco Christiano Wyzeuski recebia cinco mil réis por dia (...)”(ACHTSCHIN,2009, p.30)

O relato de uma descendente ainda aponta uma outra perspectiva sobre as relações de trabalho:

“... as terras não foram doadas não... os colonos compravam as terras... tanto que o Teófilo Benedito, pelo que a história nos conta pediu que fossem selecionadas as pessoas que tivessem um capital para comprar essa terra... tanto que todos eles compraram e pagaram... agora o pagamento dessas terras era feito com produtos da terra porque circular dinheiro aqui... o que a gente sabe que não circulava... eles parece que tinham um certo medo de que os alemães e já os filhos voltassem para Alemanha ou fossem para outros locais... então eles não deixavam circular dinheiro aqui não...” (RELATO ORAL- ENTREVISTADO 1)

Em 1858, dois grupos, patrocinados por Teófilo Benedito Otoni, são instalados em Santa Clara. Entretanto, no período de outubro de 1858 e abril de 1859, trinta e oito colonos morreram de tifo e este período foi marcado pelas “febres intermitentes”. Isso fez com que aqueles que dispunham de recursos migrassem para o Rio de Janeiro ou Rio Grande do Sul, sendo esse período marcado pelo êxodo de grande parte dos seus primitivos habitantes que, decepcionados com os poucos resultados do trabalho empreendido e assustados com as epidemias, deixaram o vale (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993).

Em visita ao Mucuri, em 1859, o viajante e escritor alemão Robert Avé-lallemant descreve o quadro visto:

“Fui aos poucos encontrando numerosos imigrantes, todos em situação lastimosa. Causou-me sobretudo pena uma família de Stettin, um funileiro com mulher e filhos, que tinham sido induzidos, como os outros infelizes logrados do Mucuri, pelos negociantes de carne humana na Alemanha, por meio de cartas, jornais e ‘avulsos enganadores’(lockzetteln) a emigrar e que, chegados à terra da promessa nada puderam fazer e mourejavam, cheios de saudades da pátria, alojados com alguns negros numm anexo de tabiques, sem ousarem a sacar mais, por já estarem devendo à direção”.(LALLEMANT,R.A.1953.p.177)

Mediante o relatório de Avé-Lallemant, a companhia dirigida por Teófilo Benedito Otoni passa a ser combatida, as solicitações de financiamentos não foram atendidas pelo governo e o seu fundador não teve outra alternativa a não ser transferir para o governo da província, como pagamento das suas ações, parte das terras do Mucuri (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993, p.56)

Segundo a FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, (1993, p.58) os colonos introduzidos sob a responsabilidade da Companhia foram selecionados de maneira mais criteriosa, já que a intenção de Teófilo Benedito era de que os imigrantes tivessem um certo nível sócio-econômico, tendo que ter alguma recurso financeiro de modo a viabilizar o seu empreendimento.

Já no início da década de 20, existiam duas formas de emigrar, uma, patrocinada pelo governo brasileiro e outra, espontânea. A primeira, formada por pessoas com menos recursos financeiros, era composta por famílias, jovens em condições de trabalhar e povoar, tanto que ainda na Alemanha foram realizados casamentos de conveniência. Já os imigrantes do segundo grupo chegaram ao país por influência de familiares ou amigos estabelecidos e desfizeram dos seus pertences para “fazer a América” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993).

Esses imigrantes foram alojados em barracões cedidos pelas autoridades. Depois do trabalho de abertura de estradas e construção de pontes, iniciavam a edificação de casas, que a princípio, deveria ser partilhada por duas famílias. Somente com o decorrer de anos e

dependendo dos recursos, cada colono construía a sua casa particular (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993).

Cabe ainda destacar, que a maioria das famílias chegadas em 1922, no seu país de origem, vivia em metrópoles, portanto, não tinha experiência com o trabalho agrícola. Dessa forma, a chegada à colônia representava surpresa e decepção. O lugar era longe, despovoado, além disso, o desconhecimento da fauna e flora, das doenças e formas de medicação, o estranhamento à comida e mesmo o contato com outras raças tornavam essa experiência assustadora, tanto que, a grande maioria dos pioneiros de Francisco Sá vendeu suas terras aos que queriam ficar e retornaram à Alemanha ou às diferentes regiões do Brasil, ou fixaram residência nos arredores da cidade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993).

Ao relacionar os registros históricos apontados em livros sobre a história da imigração alemã no Vale do Mucuri com o relato de uma descendente, podem-se perceber vozes articuladas que mostram a representação de diferentes atores sociais, como o discurso dos colonos, dos pioneiros, o discurso da história e do próprio Teófilo Benedito Otoni, de outro modo, pode-se perceber a existência de uma memória individual, a partir de uma memória coletiva.

A imigração alemã no vale do Mucuri: relato, memória e história

Os estudos desenvolvidos por Halbwachs (1990) contribuíram para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. O autor postula que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

“... cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Ainda que cada um de nós possa pensar a memória dos descendentes de imigrantes alemães como algo pessoal, familiar, cada um relata essa história, relata a partir da sua participação, da sua representação, assim, a memória é coletiva, uma vez que o indivíduo, por mais que esteja só, é o resultado de interações sociais. Halbwachs afirma que “o indivíduo nunca está só”, ele vê o mundo por meio de construções coletivas.

No relato oral pode-se perceber que, apesar de assumir-se enquanto pessoa que conta a sua perspectiva da história da imigração alemã, a entrevistada apresenta falas de lugares sociais diferentes, e, portanto, apresenta, a partir da sua memória, uma memória que também é coletiva, marcadas pelo sentimento de pertencimento a um grupo de um passado comum, que compartilha memórias que garantem a construção da identidade de cada indivíduo, porém essa é alicerçada numa memória compartilhada não só no campo histórico, real, mas, sobretudo simbólico.

“(...) as terras não foram doadas não... os colonos compravam as terras... tanto que o Theófilo Benedito, pelo que a história nos conta pediu que fossem selecionadas as pessoas que tivessem um capital para comprar essa terra... tanto que todos eles compraram e pagaram... agora o pagamento dessas terras era feito com produtos da terra porque circular dinheiro aqui... o que a gente sabe que não circulava... eles parece que tinham um certo medo de que os alemães e já os filhos voltassem para Alemanha ou fossem para outros locais... então eles não deixavam circular dinheiro aqui não...”(RELATO ORAL- Entrevistada 1) ⁶

⁶ Grifo da autora

Outro aspecto relevante na abordagem da memória é a sua relação com os lugares. Tanto a memória individual como a coletiva têm nos lugares, nos espaços onde habitam, nas relações que se constroem neste espaço, uma referência. Pierre Nora (1981, p. 21) afirma que “os lugares se constituem ‘lugares de memória’, quando, simultaneamente materializam três sentidos: o material, o simbólico e o funcional”. O autor exemplifica que, mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória quando “a imaginação o investe de uma aura simbólica”.

Assim, onde existe o ser humano, pode-se afirmar que a Memória se estabelece, gerando os seus lugares, entretanto, faz-se necessário que haja “vontade de memória”, sem a qual os lugares de memória passam a ser lugares de história. Nessa perspectiva, Nora(1981) estabelece uma distinção entre memória e história. Segundo ele, a história corresponde à aceleração moderna do tempo, o que faz com que se perceba os eventos como sendo efêmeros, transitórios e pertencentes a um tempo homogêneo, assim, como aponta o autor, essa historiografia se apresenta como uma narrativa lógica e linear, ao contrário da memória, que está ligada a movimentos contínuos e lembranças transmitidas entre gerações.

Na fala da entrevistada, nota-se uma sobreposição de poder e de verdade nas referências a Teófilo Benedito Otoni, quando a mesma, ao relatar, precisa recorrer a Teófilo Benedito Otoni, discurso de autoridade, que valida a sua fala, como na passagem transcrita acima e aqui destacada, “*tanto que o Teófilo Benedito, pelo que a história nos conta*”. Isso sugere um apagamento da história vivida pelos alemães que para o vale vieram, a construção de um não lugar de memória. O que pode também ser comprovado no trecho abaixo:

Olha se já conseguiram fazer uma exposição em 1874 é sinal de que eles tinham progredido muito porque para fazer uma exposição e mostrar o que se fez, o que se tem de bom, de bonito e de melhor, é porque havia uma grande produção já ... então a gente sabe que eles progrediram muito aqui, produziram muito, tanto que por essa produção enorme que se efetivou aqui veio depois a estrada de ferro Bahia e Minas que foi inaugurada em 1888, 89... então isso é que foi a amostra maior do progresso do Mucuri com o trabalho e com o desenvolvimento e eu atribuo esse progresso ao conhecimento trazido da Europa por aqueles europeus...alemães, belgas, franceses... todos vieram com uma certa profissão...aprendida lá, desenvolvida lá, que levou lá ao progresso e que certamente trouxe o progresso para cá também... tanto que Teófilo Otoni não é mais velha do vale do Mucuri tem muitas outras muito mais velhas... Teófilo Benedito cita outras cidades da redondeza que já existiam antes e Teófilo Otoni progrediu mais, por que? Porque aqui chegaram pessoas com conhecimento mais aprimorado...(RELATO ORAL- Entrevistada 1)

A lembrança está assim vinculada àqueles que têm o poder, que decidem o que deve ser lembrado ou esquecido, o que para Pollak (1989:p.3-15) seria “a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas”, esse embate que se trava entre memórias silenciadas, marginalizadas e a memória oficial representa, sobretudo, uma afirmação de uma identidade.

A desterritorialização do imigrante e a construção de territorialidades

A mobilidade constitui-se um aspecto característico da história da humanidade, já que permeia a dinâmica territorial, compreendida como reflexão e simultaneamente, reflexo das relações sociais agidas e vividas no espaço e com a apropriação deste espaço, num dado tempo.

Segundo Raffestin,

“O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (...)” (RAFFESTIN,1993,P.7-8)

A imigração em si é um produto de relações de forças, já que o país receptor assume sempre uma relação de poder dominante com relação ao imigrante, até porque é ele que oferece em seu território possibilidades de emprego e de melhoria de vida ou de consumo (SAYAD,2000,p.27).

Assim dizendo, pode-se pensar no imigrante “desterritorializado”, sob quatro perspectivas (Haesbaert, 2005, p.25). A primeira, parte da noção de território como dimensão físico-econômico da vida humana, assim tomado como abrigo ou fonte de recurso; a segunda, concebe o território como base do ordenamento político da sociedade e sendo assim, o espaço da cidadania e dos direitos sociopolíticos básicos. Numa terceira perspectiva, o território é visto em seu sentido simbólico e na identificação que os grupos sociais desenvolvem, tendo em vista um mesmo espaço de referência, e por fim, o território que agrupa todas as dimensões simultaneamente: físico-natural, econômica, política e cultural.

Considerando a imigração alemã no vale do Mucuri, pode-se pensar a desterritorialização do imigrante no sentido da perda de uma “experiência total” ou integrada do espaço, consequência dos processos de exclusão socioespacial.

Ademais, a perda de laços identitário-territoriais a que o imigrante está sujeito por força da própria migração, constitui-se em um dos principais indicativos de desterritorialização (HAESBAERT,2005, p.37).

Contudo, analisar a desterritorialização do imigrante alemão, sob a perspectiva de território enquanto porção da superfície, bem como da dimensão política, aqui compreendida como “o espaço da cidadania, dos direitos sóciopolíticos básicos” exige a compreensão do contexto sócio-político da Europa e de modo especial, da Alemanha, no século XIX.

A estrutura econômica européia, representada pela industrialização e pelo capitalismo revolta a população. Vive-se o período em que a auto-exploração dos camponeses sob o sistema de *putting out*⁷ chega ao limite. Entretanto, ela ainda se faz importante, se considerada uma alternativa de renda aos proprietários de “retalhos de terra” que eram dados aos camponeses, face à alta concentração fundiária nas mãos do clero e da nobreza. As guerras e a consequente miséria impunham aos camponeses um quadro alimentar precário e a desorganização dessa economia, quase que uma emigração compulsória (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993, p.47).

Assim sendo, os alemães já viviam uma situação em que o acesso e ou delimitação da terra, enquanto forma de sobrevivência já era insolvente e esse território, na sua dimensão física, dominado espacialmente, como também eram os homens e as relações sociais que ali se estabeleciam.

Há, porém, que se enfatizar que um dos elementos centrais do processo de desterritorialização é a perda de um território no seu sentido simbólico e cultural, já que “destituído de seu lugar e de suas paisagens de origem, ele se vê também destituído de valores, símbolos, que ajudavam na construção de sua identidade”(Haesbaert, 2005, p.37). Conforme já exposto, a paisagem natural, fauna, flora, topografia, clima, alimentação tudo provocava o estranhamento dos alemães.

“Foi um trabalho de adaptação, tudo foi estranho para eles, porque lá na Alemanha eles...o cultivo era de determinadas culturas que tinha aquele regime de inverno rigoroso, quando chega

⁷ Sistema em que a matéria prima é entregue ao trabalhador livre para ser beneficiada em equipamentos rústicos de sua propriedade, instalados em sua própria moradia(FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993, P. 47)

aqui uma coisa que eles estranharam demais foi o calor, porque aqui... eh... uma estratégia também que foi usada foi que a chegada deles aqui em julho que é uma época mais fresca... se tivesse chegada em dezembro, janeiro, teria sido terrível...”(RELATO ORAL- ENTREVISTADO 1).

Muitos dos costumes adquiridos na Alemanha não puderam ser mantidos, como por exemplo, o natal, já que enquanto na Alemanha se vivia o inverno, no Brasil era verão. Segundo a Fundação João Pinheiro (1993), as famílias se reuniam, cantavam stillenacht e outras canções, degustavam o famoso bolo de farofa, dentre outras guloseimas, em geral receitas germânicas ajustadas aos produtos aqui encontrados. Entretanto, um costume trazido desde o início da colonização e mantido pela comunidade evangélica até os dias atuais, é a Festa da Colheita, comemorada sempre em agosto, como forma de agradecimento da boa safra alcançada. No altar, são expostos os produtos alimentícios, fruto do trabalho na terra, juntamente com alguns objetos artesanais.

Haesbaert(2005) afirma que ao mesmo tempo em que o campo simbólico constitui-se um dos elementos centrais do processo de desterritorialização, é nele que o imigrante se segura a fim de manter a territorialidade perdida no processo de mudança espacial.

Olha eles vieram com tanta vontade de trabalhar, de plantar e de colher que eu acredito que eles se adaptaram logo a essas dificuldades de tipo de solo, de plantio, o que plantar, a colheita, devia ser tudo muito complicado porque era tudo diferente, lá eles cultivavam a batata inglesa, aqui foi batata doce, era o feijão, o arroz, o milho, eles chegaram a plantar trigo aqui, plantaram trigo, cevada, e como a bebida que eles mais gostavam era a cerveja eles chegaram a fabricar cerveja... (RELATO ORAL-ENTREVISTADA 1).

Assim, pode-se relativizar o caráter “desterritorializado do imigrante, na medida que “os processos de desterritorialização são inseparáveis dos de territorialização, toda saída de um território implica a construção de outro”(DELEUZE E GUATTARI ,1995, apud HAESBAERT, 2005, p. 43).

Haesbaert(2005) acrescenta que em seu sentido reterritorializador, a identidade não é simplesmente um transplante da identidade de origem, mas assume força entre os grupos de migrantes, sendo portanto responsável pela coesão desses grupos. A construção de territorialidades ocorre a partir da apropriação simbólica e política de um espaço geográfico, e assim sendo, constitui-se uma construção social, um processo de negociação entre diferentes sujeitos.

Nas colônias alemãs do Vale do Mucuri, o problema de comunicação em uma língua desconhecida foi causa para dificuldades de adaptação dos imigrantes, tendo inclusive dificultado o trabalho na lavoura. Tal fato levou a incorporação das crianças ao trabalho, pela facilidade de assimilação da nova língua, entretanto, elas eram impedidas de usar o português em casa. Todas essas dificuldades acrescidas do relativo isolamento das colônias, dada a distância, contribuíram para o desenvolvimento de um sistema de solidariedade entre eles, muito importante para a sobrevivência do grupo, dentro desse sistema pode-se localizar o casamento entre vizinhos, prática que buscava estimular os laços de solidariedade, ajuda mútua e trabalho coletivo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993).

Schlupp, (1983, P.63) afirma que “Não se pode separar a história da colonização alemã nesta região, da colonização por famílias dos países vizinhos da Alemanha: a Suíça, a Áustria, a Holanda e etc.”. Assim, o contato da comunidade alemã com outras comunidades intensifica a reafirmação étnica, uma vez que o uso do alemão constituiu-se o elemento de distinção preferencial.

Todos eram chamados de alemães... os belgas, holandeses tudo era alemão... mas isso aí o elo foi a língua...a dificuldade de comunicação... então eles começaram a se comunicar porque eles todos sabiam mais ou menos e era uma língua mais parecida e como a maior número eram

alemães então a língua era o elo de ligação e depois o principal talvez foi o Pastor Hollerbach que chegou ,ele também era alemão embora ele falasse outras línguas, ele falava inclusive o francês, mas a comunicação, os cultos, porque a religião também foi um elo, então eu acredito que foi isso aí a presença do Pastor Hollerbach que vamos dizer assim que reforçou essa germanização no vale do Mucuri...”(RELATO ORAL-ENTREVISTADA 1).

A concentração em áreas restritas, isoladas da sociedade brasileira, facilitou a manutenção dos costumes e uso cotidiano da língua alemã. No processo de colonização alemã no Vale do Mucuri, a religião foi um fator que favoreceu a reterritorialização dos imigrantes, já que a Bíblia de Lutero era lida por todos os alemães, o que os unia em torno de uma mesma crença e uma mesma língua (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1993).

“[...] o que é mais marcante da cultura alemã aqui é a religião. Porque aí nós temos duas igrejas evangélicas luteranas, uma religião trazida da Alemanha da reforma de Martin Lutero e trouxe então... e uma das coisas que eles carregaram e preservaram e que ajudou muito foi a Bíblia e os Hinários... então eu acredito que a religião é tem sido preservada e tanto que nós temos as duas igrejas luteranas e a festa mais tradicional dos alemães é a festa da colheita, da igreja [...].

Outra coisa que é também muito relevante para os descendentes de alemães é a educação, tanto que o pastor Hollerbach foi talvez o educador que mais tempo trabalhou aqui, assim educando pessoas não só da descendência alemã, mas todos que se aproximavam dele, tanto que o avô do nosso ex governador Aécio Neves estudou na escola do Pastor Hollerback, já não era o Pastor Hollerbach mais, mas tinha aquele princípio aquele fio de educação alemã deixado pelo pastor Hollerbach”.(RELATO ORAL- ENTREVISTADA 1)

Vários fatores contribuíram para a “germanização” na região, dentre eles, podem-se destacar os casamentos pluriétnicos e a criação de escolas em língua alemã. A primeira escola funcionou de forma precária devido à falta de professores especializados, assumindo a função docente algum colono com um bom conhecimento e sem condições para o trabalho agrícola devido a problemas de saúde. Posteriormente, foi criada a primeira escola bilíngüe português/alemão, sob a direção do Pastor Hollerbach, na mesma direção se deu a realização dos cultos e o ensino confirmatório, entretanto, esses passaram a ser monolíngüe, sendo utilizada somente a língua alemã (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,1993).

Conforme afirma Seyfert(2000,p.148), “ a localização de imigrantes de uma mesma origem nacional em áreas circunscritas facilitou uma organização comunitária étnica e a manutenção do uso cotidiano da língua materna”. Assim, mesmo no convívio com imigrantes de outras etnias, a afirmação da origem nacional, do vínculo com uma pátria ancestral, a história compartilhada entre os imigrantes, especialmente as que remetem à vivência do pioneirismo favoreceu o fortalecimento de uma identidade étnica teuto-brasileira, refletindo a ideia de pertencimento a uma unidade, um sentido de identidade coletiva marcada historicamente no território de Teófilo Otoni pela organização religiosa e pela escola, que fomentaram e sustentaram a germanidade entre os seus descendentes.

A construção de territorialidades se dá por meio da apropriação simbólica e política de um espaço geográfico. O sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída e a apropriação do espaço no território de Teófilo Otoni foram marcados por laços de solidariedade, o que fez com que os imigrantes alemães não só fizessem parte da história da formação deste território, mas, sobretudo, que fosse a própria história.

Considerações:

A imigração alemã em Teófilo Otoni apresenta aspectos distintos se comparada com a região Sul do Brasil, já que a forma de migrar foi dispersa e a distância temporal entre as

maiores levas foi de 60 anos. Tanto que para a entrevistada, que fez parte dessa pesquisa, ao falar do processo de germanização na região, relata que as línguas eram parecidas, o que fica sugerido como diferenças dialetais entre os diferentes grupos de imigrantes.

Entretanto, o processo de constituição das colônias, os desafios e o traço do “pioneirismo”, presente nos relatos e na literatura, característico dessa imigração no país é comum e parece ser o responsável pela manutenção da identidade étnica, ficando bem delimitado que a língua, a família – organização do trabalho, a igreja e a educação foram fatores preponderantes no processo de germanização em Teófilo Otoni.

Percebe-se uma preocupação dos descendentes de alemães em resgatar valores e aspectos culturais. Em Teófilo Otoni, foi fundada uma associação (ACDATO – Associação Cultural dos descendentes de alemães em Teófilo Otoni). Em julho de 2011 foi retomada a festa da descendência alemã, que enfatizou os aspectos culturais, divulgando também as ações da associação, que vem desenvolvendo trabalhos de cunho cultural e econômico junto às comunidades do Cedro e do Potonzinho, além de se ocupar com a prevenção de doenças, como o câncer de pele, muito recorrente nas comunidades cujas atividades econômicas baseiam-se na produção de produtos hortifrutigranjeiros.

Entretanto, ao buscar a abordagem da memória nos discursos de relato de descendente de imigrantes alemães, pode-se perceber a necessidade de se fazer mais, a possibilidade de se inserir novas leituras deste processo migratório, a oportunidade de se buscar as relações de poder nele estabelecidas, bem como a urgência de construção deste lugar de memória, sob a perspectiva “da luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas”, buscando dar voz às memórias silenciadas e marginalizadas. Portanto, este trabalho não se encerra aqui. A partir deste estudo, outros virão, na perspectiva de se buscar, por meio de relatos de descendentes de imigrantes alemães desenvolver estudo, utilizando-se da Análise do Discurso Crítica, como instrumental teórico-metodológico para identificar traços identitários relativos aos aspectos culturais e sociais dos descendentes de alemães em Teófilo Otoni.

Referências

ACHTSCHIN, M. Os “Desclassificados” do Mucuri: Tensões e Conflitos em Santa Clara e Colônia do Urucu no século XIX. In: ACHTSCHIN, M.(org.)**As Gerais Distantes das Minas: Fragmentos da História do Vale do Mucuri**.Teófilo Otoni: Frota,2009.78p.

ARAÚJO, V. L. **A Filadélfia de Theófilo Ottoni**. Belo Horizonte: Afato, 2003, 136p.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.

DELEUZE,G. e GUATTARI,F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro:34,1995, 2v. aput HAESBAERT,Rogério. Migração e desterritorialização. In PÓVOA NETO, Hélio, FERREIRA, Ademir Paccelli. **Cruzando Fronteiras Disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan,2005.p.35-46.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **A colonização alemã no Vale do Mucuri**. Belo Horizonte, 1993, 162p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUBER, Valburga. A literatura da imigração alemã e a imagem do Brasil. In: PACELLI, Ademir *et al* (Orgs.) **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 69 – 96.

_____, A literatura dos imigrantes alemães do Vale do Itajaí. **Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, v.1, n. 3, p. 277-288, set/dez 2008. Disponível em: < <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/download/929/810>> acesso em 30 de agosto de 2011.

MALTZAHN, Paulo César. **Construção e formação de identidade étnica teuto-brasileira: algumas considerações**. In: Congresso Internacional de História, 2009, Maringá. Anais do IV Congresso Internacional de História, 2009. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/180.pdf> acesso em 30 de agosto de 2011.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, N. 10, 1981.

NUNES, S. M., Relatório sobre as colônias do Mucuri. In: OTTONI, T.B., **Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucury em 1 de outubro de 1858**. Rio de Janeiro: typ.Imp. e Const. De J. Villeneuve E.C., 1858.p.64.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROTHER, M. ET.al. **100 anos de imigração alemã em Teófilo Otoni**. Ijuí, Correio Serrano, 1956.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Travessia**, São Paulo, v. Especial, p.3 -33, jan.2000.

SCHLUPP, W.J. **Vasos de Barro ou Deus caça mesmo com gatos**. São Leopoldo, RS: Rotermond S.A – 1983.

SEYFERT, Giralda. “ **As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional**”. In Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS.

IFCH. Ano 6, n.14, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a07.pdf>, acesso em 18 de julho de 2011.

_____, **Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs2608htm> Acesso em 30 de agosto de 2011.

_____, **A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade**. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 10, n.22, p. 149-197, jul/dez.2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0114 acesso em 18 de setembro.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno:Brasil-Estados Unidos**.Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.